

## OS CURSOS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO-LICENCIADOS QUE ENSINAM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Lucineide Rodrigues Santos Brito

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: lucineiderbrito@gmail.com

Leila Pio Mororó

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: leila.mororo@uesb.edu.br

2377

### INTRODUÇÃO

Formação pedagógica é um termo polissêmico, mas amplamente utilizado. A partir de uma ampla oferta de cursos, sobretudo na modalidade do Ensino a distância – EAD, no senso comum este termo é reconhecido como sendo o processo de instrumentalização pelo qual passa o docente para o desenvolvimento de habilidades específicas relativas ao ato de ensinar. Entretanto, nos últimos anos, esse termo tem ganhado outros significados, inclusive na legislação específica que trata da formação de professores.

A Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) sinaliza as bases para a política de formação de professores. O artigo 61 considera como sendo trabalhadores em educação aqueles que são “portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim” e relaciona nos incisos seguintes quais seriam esses trabalhadores. Já o artigo 62, esse afirma que “a formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo *habilitações tecnológicas*” (grifo nosso). A Resolução CNE/CBE 02/97, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, tornou obrigatória a formação de professores por meio de Cursos Especiais de Formação Pedagógica, medida ratificada nas legislações posteriores.

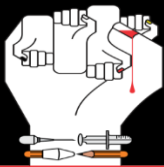
A formação de professores que não possuem licenciatura, devido ao pleito da categoria docente posteriormente referendado pela LDB, de somente se admitir na carreira docente da educação básica quem possuísse curso de licenciatura, sempre teve caráter provisório e emergencial. Entendo a especificidade dos docentes da carreira

Realização:



Apoio:





técnica e tecnológica integrada à educação básica, a Resolução CNE/CP n.15 de 01 de julho de 2015 que, até 2019, definia as diretrizes para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da Educação Básica, dentre os muitos avanços que trouxe (centralidade a uma base comum nacional que trata da valorização dos profissionais da educação, da formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho (DOURADO, 2016), manteve essa formação com caráter emergencial. Entretanto, as Diretrizes vigentes, aprovadas em dezembro de 2019, de forma preocupante, passou a tratar esses cursos como uma medida de formação permanente, reduzindo, inclusive, a carga horária exigida pelas Diretrizes anteriores.

O objetivo deste texto é apresentar a revisão da literatura desenvolvida sobre cursos de formação pedagógica. Para tanto, realizamos uma busca sobre as produções que investigaram os cursos de formação de professores não licenciados e que atuam na educação profissional integrada à educação básica. Para tanto, delimitamos como tipo de produção a ser analisada as teses e dissertações que estão disponíveis de maneira digital no catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e no banco da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.

2378

## METODOLOGIA

A consulta aos sites foi realizada em setembro de 2021. Para tanto, foram utilizados os descritores “Programa Especial de Formação Pedagógica” e “Formação Pedagógica” AND “Instituto Federal” com essa grafia e entre aspas. Ao todo, foram localizadas 17 produções com o uso do primeiro descritor e 50 produções relativas ao uso do segundo descritor.

Dos 17 trabalhos encontrados com o descritor “Programa Especial de Formação Pedagógica”, 15 são dissertações e 2 são teses. Do total foram descartados 6 trabalhos por não coadunarem com o tema proposto neste estudo. Resultando, então, em 11 trabalhos para análise, dos quais 1 é uma tese e 10 são dissertações.

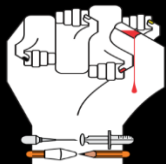
Em relação ao descritor “Formação Pedagógica” AND “Instituto Federal”, do total dos 50 trabalhos (5 teses e 45 dissertações) foram descartados 48 trabalhos por não tratarem do tema proposto, reduzindo o conjunto de análise para 2 dissertações, as quais somada aos 11 trabalhos do primeiro descritor, resulta em conjunto de 13 (12 dissertações e 01 tese) produções científicas que foram analisadas no intuito de se

Realização:



Apoio:





investigar o que tem sido pesquisado a respeito dos Programas Especiais de Formação Pedagógica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos foram publicados entre os anos de 2003 a 2018. Historicamente, nesse período, o Brasil passou por significativas mudanças no cenário político e governamental.

De 2003 a 2010, Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República com a proposta de incentivar políticas públicas de cunho social. Avanços importantes ocorreram no plano educacional, como a expansão e interiorização da Rede Federal de Ensino, ampliando a oferta da Educação Profissional e Tecnológica - EPT. Parte das pesquisas desenvolvidas até 2013, enfatizaram essas mudanças e expressaram a expectativa de alterações significativas no que se refere à formatação de políticas públicas para formação de professores. Porém, a realidade mostrou que não houve alteração no que se refere à formação de professores para a EPT.

Em 2014, o governo Lula foi sucedido pelo governo da Presidente Dilma Rousseff que passou por conturbadas crises, sendo interrompido em 2016, por um processo de *impeachment*, interpretado por movimentos nacionais e internacionais como sendo um golpe midiático, jurídico e parlamentar.

A partir do golpe, o governo do país foi assumido pelo então vice-presidente, Michel Temer. Seu governo foi marcado pelo congelamento de recursos destinados à saúde e à educação (PEC 241/2016), facilitação de privatizações, ampliação da participação da iniciativa privada na educação com incentivo às fundações, além de reformas como a (Lei 13.415/2017) que reformulou o Ensino Médio, o que implicou várias alterações no currículo, com destaque para o inciso IV do artigo n. 61 da Medida Provisória n. 746 de 22 de setembro de 2016 que interfere diretamente a formação de professores para a Educação Profissional ao indicar os profissionais que poderão dar aulas nos cursos técnicos.

Em 2019, o governo Temer foi substituído pelo governo do presidente Jair Messias Bolsonaro e, desde então, a educação do país passa por um aprofundamento das crises com desmonte da legislação em todas as esferas (Resolução CNE 02/2019; Resolução CNE/CEP 01/2021, dentre outras), inclusive com programas como o *Future-*

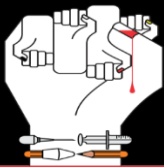
2379

Realização:



Apoio:





se que coloca a gestão da rede pública federal e os recursos da educação na mão das organizações público-privadas.

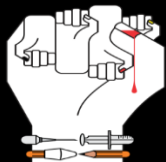
As conclusões apontadas nas pesquisas sobre os Programas Especiais de Formação Pedagógica ofertados para professores não licenciados indicam o predomínio de cursos com uma formação aligeirada, emergencial, provisória, que não prioriza a formação para a educação profissional, mesmo quando os programas são ofertados por instituições de ensino profissionalizante.

Outra conclusão apontada é a de que os cursos são procurados por graduados de diversas áreas, visando ampliação do currículo para melhorar o ingresso no mercado de trabalho, sem necessariamente estar envolvidos com a docência. Simão (2004) constata que a prioridade de muitos alunos não é o magistério, mas centra-se na busca da requalificação profissional.

Os estudos também apontam que muitos cursos reproduzem o modelo tecnicista de educação. Trazem informações sobre as teorias pedagógicas, mas não tratam sobre os fundamentos da EPT. Para Macieira (2009), o Programa de formação estudado sofre influência do modelo de competências, está pautado na racionalidade técnica e oferece uma contribuição parcial na construção da identidade docente dos egressos. Remor (2015) também indica que a proposta didático-pedagógica de formação parece não afastar-se do modelo de predominância de conteúdos culturais-cognitivos. Nesse mesmo sentido, Miranda (2017) conclui que o curso pesquisado mostrou uma formação tradicional e com pouca abordagem da Educação Profissional.

## CONCLUSÕES

A análise das teses e dissertações arquivadas no catálogo da CAPES e no BDTD /IBICT referentes aos cursos de formação pedagógica para professores não licenciados da EPT ratifica a necessidade de ampliação de pesquisas sobre esse tema. Principalmente no atual contexto de regulamentação da formação de professores no qual os cursos para quem possui outra graduação, mas deseja exercer a docência poderá ser uma prática generalizada, exigindo-se para isso pouca dedicação em termos de carga horária e ênfase nos aspectos técnico da profissão em detrimento de uma sólida formação teórica.



Urge, portanto, resistirmos a esse processo de aligeiramento da formação e consequente ataque à valorização da docência e dos trabalhadores do magistério e da educação.

**PALAVRAS- CHAVE:** Política de formação de Professores. Formação pedagógica. Ensino Técnico-Profissional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN. In CONGRESSO NACIONAL. Legislação Republicana Brasileira. Disponível em: [file:///F:/Downloads/ldb\\_5ed.pdf](file:///F:/Downloads/ldb_5ed.pdf). Acesso em: 20/07/2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 26 de Junho de 1997d.** Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Res02.pdf>. Acesso em: 12/09/2020.

BRASIL. **Resolução nº 2/2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 03/09/2020.

BRASIL. **Resolução nº 2/19.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: CNE, 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19>. Acesso em 20/06/2021.

DOURADO, L. F. Formação de profissionais do magistério das educação básica: novas diretrizes e perspectivas. **Revista eca XXI, 1\_ miolo.indd.** Acesso em 20/06/2021.

MACIEIRA, Daniel de Souza. **Limites e possibilidades da formação inicial de professores da educação profissional através do programa especial de formação pedagógica de docentes, segundo as representações de seus egressos.** Minas Gerais, 2009.

MIRANDA, Pauline Vielmo. **A formação pedagógica dos professores do ensino técnico: para além da instrução.** Rio Grande do Sul: 2017.

REMOR, Clóvis Ricardo. **Formar-se para ensinar na educação profissional, científica e tecnológica: experiência de um Instituto Federal.** São Paulo, 2015.

SIMÃO, Maria Fernanda. **Entre o pensado e o construído: um estudo sobre o Curso de Formação de Docentes do CEFET-MG.** Minas Gerais, 2012.

2381

Realização:



Apoio:

